

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

DIANA VELHO MARCON

**ESTUDO DO IMPACTO DO REAJUSTE SALARIAL BASEADO NO IPCA NOS
CUSTOS DE PRODUÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ
NO MUNICÍPIO DE TURVO (SC)**

CRICIÚMA

2015

DIANA VELHO MARCON

**ESTUDO DO IMPACTO DO REAJUSTE SALARIAL BASEADO NO IPCA NOS
CUSTOS DE PRODUÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ
NO MUNICÍPIO DE TURVO (SC)**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Abel Corrêa de Souza

CRICIÚMA

2015

DIANA VELHO MARCON

**ESTUDO DO IMPACTO DO REAJUSTE SALARIAL BASEADO NO IPCA NOS
CUSTOS DE PRODUÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ
NO MUNICÍPIO DE TURVO (SC)**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Abel Corrêa de Souza

Criciúma, 23 de Junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Abel Corrêa de Souza – Doutor – Orientador - (UNESC)

Prof. Cléber Pacheco Bombazar – Especialista - (UNESC)

Prof. Adilton Arão de Medeiros- Especialista - (UNESC)

DEDICATÓRIA

Agradecer, em primeiro lugar, a Deus, que iluminou meu caminho durante esta caminhada. A minha querida família, que me apoiam em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em um primeiro momento, gostaria de agradecer a Deus, que me iluminou durante toda minha trajetória acadêmica, me deu força nos momentos de fraqueza, não me deixando nunca desistir.

Minha gratidão a minha família, em especial meu pais, Luiz Carlos e Ângela Maria, os quais me orgulham tanto. Agradeço a paciência, amor e carinho quem vêm tendo comigo, durante todos esses anos. Bem como todo o apoio que tive nas minhas escolhas e principalmente por terem acreditado no meu potencial.

Não me esquecendo dos meus queridos colegas de classe, que juntos caminhamos uma longa estrada, onde enfrentamos tantas barreiras, e conquistamos tantas coisas. Não seria justo não agradecer por ter tido a oportunidade de ter convivido com cada um. Alguns com mais contato e afinidades, outro menos, entretanto com todos pude aprender algo. Que todos tenham um futuro brilhante.

Aos meus professores, que com dedicação me foi passado muitos ensinamentos. Assim como a coordenação do Curso de Administração, que não hesitam em se esforçarem para cada dia poder melhorar o curso para que sejam formados acadêmicos cada vez mais preparados.

Ao meu orientador, Abel Corrêa de Souza, professor que ganhou minha admiração durante os últimos anos. Professor que me ajudou a ver que eu era capaz de realizar este trabalho. Que nunca se recusou a esclarecer minhas dúvidas, e que com paciência me guiou nesta trajetória final, que é este trabalho.

Por fim, agradecer as indústrias de beneficiamento de arroz, que prontamente me passaram dados necessários para a realização deste trabalho, permitindo assim, que a pesquisa fosse viável.

RESUMO

MARCON, Diana Velho. **Estudo do impacto do reajuste salarial baseado no IPCS nos custos de produção das indústrias de beneficiamento de arroz no município de Turvo (SC)**. 2015. 63 páginas. Monografia do Curso de Administração, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O presente estudo teve o objetivo de verificar e analisar o reajuste salarial que vem acontecendo nos últimos anos, para que assim pudesse entender os impactos nos custos das indústrias de beneficiamento de arroz. Um estudo baseado em pesquisas bibliográficas, documentais e com coleta de dados nas próprias indústrias para confiabilidade das conclusões. Diante do fato de que o município de Turvo é considerado a capital da mecanização agrícola e tem sua economia voltada ao agronegócio, pode-se afirmar que a saúde financeira das indústrias de beneficiamento de arroz do município, bem como seu crescimento estão diretamente ligados ao crescimento do município. A população alvo para pesquisa de dados foram as oito indústrias de beneficiamento de arroz do município. O estudo se caracterizou pela coleta de dados primários e técnica de coleta de dados quantitativos e qualitativos. A coleta de dados se deu através de preenchimentos de tabelas com histórico de dados, sendo a essência da análise qualitativa. Contudo, verificou-se que atualizando o histórico do salário médio pago por funcionário, atualizando o mesmo e comparando ao ano de 2002, pode-se afirmar que está havendo um ganho real no salário. Entretanto, não é apenas o salário que vem aumentando. A produtividade por funcionário também está tendo aumentos dignos de ressalva. Assim como os aumentos nos percentuais de faturamento, que a partir de 2011 passaram a apresentar percentuais de aumento relevantes, principalmente quando se é levado em consideração à crise econômica mundial que ocorreu em 2008, e que no ano seguinte apresentou queda de percentuais nas empresas pesquisadas.

Palavras-chave: Reajuste Salarial. Custos. IPCA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Assuntos e seus respectivos autores.....	34
Quadro 2 – Pesquisa com a população alvo.....	35
Quadro 3 – Plano de coleta de dados.....	36
Quadro 4 – Processo Metodológico.....	38
Quadro 5 – Comparação entre a produção anual por quantidade de funcionário....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo geral	10
1.2.2 Objetivos específicos	10
1.3 JUSTIFICATIVA	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ.....	13
2.1.1 Cooperativas	13
2.1.2 Produtos de uma Beneficiadora de Arroz	14
2.1.3 Processo Produtivo	16
2.2 CUSTOS	18
2.2.1 Custos Variáveis	18
2.2.2 Custos Fixos	19
2.2.3 Custos Diretos (CD)	20
2.2.4 Custos Indiretos (CIF)	20
2.2.5 Despesas	21
2.2.6 Desembolsos	21
2.2.7 Ponto de Equilíbrio	22
2.3 SALÁRIO.....	23
2.3.1 Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)	24
2.3.2 Política Salarial no Brasil	25
2.3.3 Estrutura Salarial	27
2.4 ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	31
3.1.1 Pesquisa Descritiva	31
3.1.2 Pesquisa Exploratória	32
3.2 MEIOS DE INVESTIGAÇÃO	32
3.2.1 Pesquisa Bibliográfica	32
3.2.2 Pesquisa de Campo	33

2.2.3 Pesquisa Documental	33
3.3 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO	34
3.4 PLANO DE COLETA DE DADOS	35
3.5 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	37
3.6 SÍNTESE DO PRECESSO METODOLÓGICO	37
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	39
4.1 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO SALARIAL EM RELAÇÃO A INFLAÇÃO MEDIDA PELO IPCA	39
4.2 ANÁLISE DO IMPACTO DOS ENCARGOS SOCIAIS NA FOLHA DE PAGAMENTO DAS INDÚSTRIAS, DECORRENTES DOS AUMENTOS SALARIAIS	44
4.3 COMPARAÇÃO ENTRE VARIAÇÃO DOS GANHOS SALARIAIS COM O FATURAMENTO DA EMPRESA.....	47
5 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE A	61
APÊNDICE B	62
APÊNDICE C	63

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de estudar o impacto que o reajuste salarial vem tendo, desde 2002, sobre os custos das indústrias de beneficiamento de arroz do município de Turvo - SC.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2005), o Brasil está entre os dez maiores produtores mundiais de arroz. A região Sul do país é a que concentra o maior cultivo de arroz irrigado, sendo responsável por 60% da produção total deste cereal.

O cultivo do grão cresceu 42% na última década, e a produtividade média é de aproximadamente 6.900 kg ha⁻¹. Santa Catarina ocupa o segundo lugar na produção total de arroz irrigado. Dentro do Estado, o destaque é da região sul, que produz 42% do arroz (EMBRAPA, 2005).

Conforme informação oficial (2014), o município de Turvo (SC) é considerado o maior produtor de Arroz do Estado de Santa Catarina, possuindo oito indústrias de beneficiamento de arroz e empregando cerca de mil funcionários, tendo sua economia voltada principalmente ao agronegócio.

Diante da importância socioeconômica que as indústrias de beneficiamento de arroz e do reajuste salarial que vem ocorrendo nos últimos doze anos, fruto da política salarial do Governo Federal, observam-se um aumento na remuneração dos funcionários das indústrias de beneficiamento de arroz, quando comparado ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

A monografia está estruturada em cinco capítulos, sendo que o primeiro ressalta a situação problema, os objetivos gerais e específicos e a justificativa para o desenvolvimento do estudo. No segundo capítulo, aborda a fundamentação teórica que cita autores e publicações que reforçam conteúdo em estudo. No terceiro capítulo encontram-se os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa nas indústrias de beneficiamento de arroz do município de Turvo (SC). Os dados coletados na pesquisa de campo, bem como sua análise, que busca responder à pergunta apresentada no estudo estão expostos no quarto capítulo. Para finalizar o trabalho encontra-se a conclusão, as referências, os anexos e o apêndice.

Com o estudo, será possível analisar como a saúde financeira destas indústrias de beneficiamento está se comportando diante do aumento do custo com os reajustes salariais que vem ocorrendo desde 2002.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Como já citado, a indústria de beneficiamento de arroz é de grande importância ao município de Turvo (SC) devido à economia do mesmo ser voltada principalmente ao agronegócio. As indústrias de beneficiamento de arroz que atuam no município empregam aproximadamente mil funcionários. Tomando por base o reajuste salarial que vem tendo desde 2002 e levando em consideração o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) verifica-se que houve um aumento real do salário pago aos trabalhadores desde então.

Diante disto, sentimos a necessidade de se verificar as consequências que este reajuste salarial está tendo sobre os custos da indústria de beneficiamento e se o aumento de custos está sendo compensado com aumento de produtividade. Diante deste contexto, tem-se a seguinte questão: **Quais os impactos do reajuste salarial nos custos da indústria de beneficiamento de arroz, no município de Turvo (SC), no período de 2002 a 2014?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o impacto do reajuste salarial nas indústrias de beneficiamento de arroz no município de Turvo (SC) no período de 2002 a 2014.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Levantar o reajuste salarial desde 2002, atualizados IPCA no período;

- b) Verificar o impacto dos encargos sociais na folha de pagamento das indústrias, decorrentes dos aumentos salariais;
- c) Comparar a variação dos ganhos salariais com o faturamento da empresa.

1.3 JUSTIFICATIVA

O município de Turvo (SC), cidade situada no sul do Estado de Santa Catarina, possui aproximadamente doze mil habitantes. Reconhecido como a capital brasileira de mecanização agrícola, tem como ponto forte de sua economia a agricultura, centralizada na produção de Grãos (TURVO, 2014).

Segundo dados oficiais do município (2014), Turvo (SC) é o terceiro maior produtor de arroz de Santa Catarina.

Atualmente existem oito indústrias de beneficiamento de arroz no município, empregando cerca de mil funcionários (TURVO, 2014).

Diante da importância das indústrias de beneficiamento de arroz para o município de Turvo (SC), viu-se a necessidade de estudar o impacto que o reajuste salarial vem tendo sobre os custos das indústrias de beneficiamento de arroz.

A relevância destaca-se em uma análise em nível municipal porque a saúde financeira das indústrias de beneficiamento de arroz afeta diretamente a economia do município de Turvo (SC), demonstrando o histórico do comportamento do reajuste salarial, bem como dos custos que as empresas vêm tendo ao longo dos últimos doze anos. Além disso, o entendimento sobre a porcentagem de quanto os custos com salários vêm se comportando diante destes reajustes salariais, é importante, pois, um funcionário custa para a empresa muito mais do que seu valor relativo salário. Sendo assim, sente-se a necessidade de verificar se este aumento de custos está refletindo em um possível aumento de produtividade por parte dos funcionários, fazendo valer apenas o real aumento de salário, que vem tendo.

Para análise dos reajustes, será levado em consideração o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), já que este índice é o utilizado pelo Banco Central desde 2002.

O período foi escolhido devido aos doze anos que um mesmo partido esteve no governo, refletindo os impactos de sua política econômica e social. Levando em consideração que o estudo terá como base de comparação o histórico de salário mínimo, pois nenhum tipo de salário pode ser inferior ao mesmo, comparativamente ao histórico do IPCA.

O trabalho é viável já que as informações foram fornecidas pelas próprias indústrias de beneficiamento de arroz, assim como o levantamento dos reajustes do salário mínimo, e do histórico do IPCA, que foram coletados em sites oficiais de órgãos do governo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Viana (2001), a fundamentação teórica tem por objetivo citar autores e/ou entidades que já publicaram sobre o tema em questão. Isso implicará na consistência dos dados descritos. Sendo assim um referencial teórico para direcionar a pesquisa conforme o tema.

Neste capítulo será realizada a pesquisa bibliográfica dos principais objetivos com o intuito de reforçar opiniões, assim como entender melhor as definições dos autores referentes aos seguintes temas: indústria de beneficiamento de Arroz de Turvo; Custos e; Salários.

2.1 INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ

Segundo o Artigo 4º, Decreto nº 4.544/02, do Regulamento do Imposto sobre Produto Industrializado – (RIPI), industrialização e beneficiamento podem ser definidos da seguinte maneira: Art 4º - “Caracteriza-se industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, acabamento, apresentação ou a finalidade do produto, ou aperfeiçoe para consumo” (RIPI, 2002).

Ainda o Art. 4º, Inciso II, define como beneficiamento uma das operações da industrialização. Como se pode observar: Art. 4º, Inciso II – “a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto (beneficiamento)” (RIPI, 2002).

2.1.1 Cooperativas

Segundo a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 “Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. E dá outras providências (BRASIL, 1971) ”.

“Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro (BRASIL, 1971) ”.

Cooperativa é uma associação de pessoas, que visam interessarem em comum. A sociedade de cooperativas está regularizada conforme a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Vale ressaltar, que cooperativas não tem fins lucrativos, conta com a livre participação de todos os cooperadores, entretanto, todos devem respeitar seus deveres e direitos (ZANLUCA, 2004).

2.1.2 Produtos de uma Beneficiadora de Arroz

No Brasil, é comercializado principalmente dois tipos de arroz: o arroz branco e o arroz parboilizado, cujo os processos de produção descrevemos abaixo.

a) Arroz Parboilizado

Derivado da palavra em inglês *parboiled*, o que significa o cozimento parcial do arroz antes de ser submetido ao processo de descascamento e polimento (AMATO, 2005).

O processo de parboilização teve sua origem a centenas de anos, em países como a Índia, Birmania, Paquistão e em regiões da África Equatorial. Inicialmente o processo se resumia no encharcamento do grão em água e depois era submetido a secagem ao sol (RODRIGUES, 2008).

A tecnologia de parboilização passou a ser utilizada no Brasil, durante a década de 1950. Inicialmente conhecido como arroz Malekizado, ou ainda amarelão, amarelo ou macerado (ABIAP, 2013).

Segundo Abiap (2013) a parboilização é resultado de um processo hidrotérmico no qual o arroz, ainda em casca, é submetido. O arroz é mergulhado em água potável a uma temperatura de aproximadamente 58° C, posteriormente é submetido a gelatinização total ou parcial do amido seguido é realizado a secagem.

Com o pré-cozimento do grão, os nutrientes do pericarpo são passados parcialmente à cariopse do grão, o que faz com que seja mais nutritivo que o arroz branco. O processo de parboilização não obtém adição de nenhum componente químico. O arroz parboilizado é considerado um alimento essencialmente

energético, porém, pobre em substâncias nutritivas, isso devido ao processo de ferver o grão (ABIAP, 2013).

Vale ressaltar que o processo de parboilização do Brasil é o mais avançado do mundo. O arroz parboilizado corresponde a aproximadamente 20% de todo o consumo brasileiro. Sendo que Santa Catarina, considerado o segundo maior produtor de arroz do país, ganha destaque no beneficiamento de arroz parboilizado, sendo 90% de toda sua produção voltada ao processo de parboilização (EMBRAPA, 2005).

b) Arroz Branco

Denominado também como arroz polido, o arroz branco é considerado o mais consumido no Brasil. No processo de beneficiamento do arroz branco é retirado a casca, a película e o germe da casca, ficando apenas o endosperma (ENGENHO CORADINI, 2015).

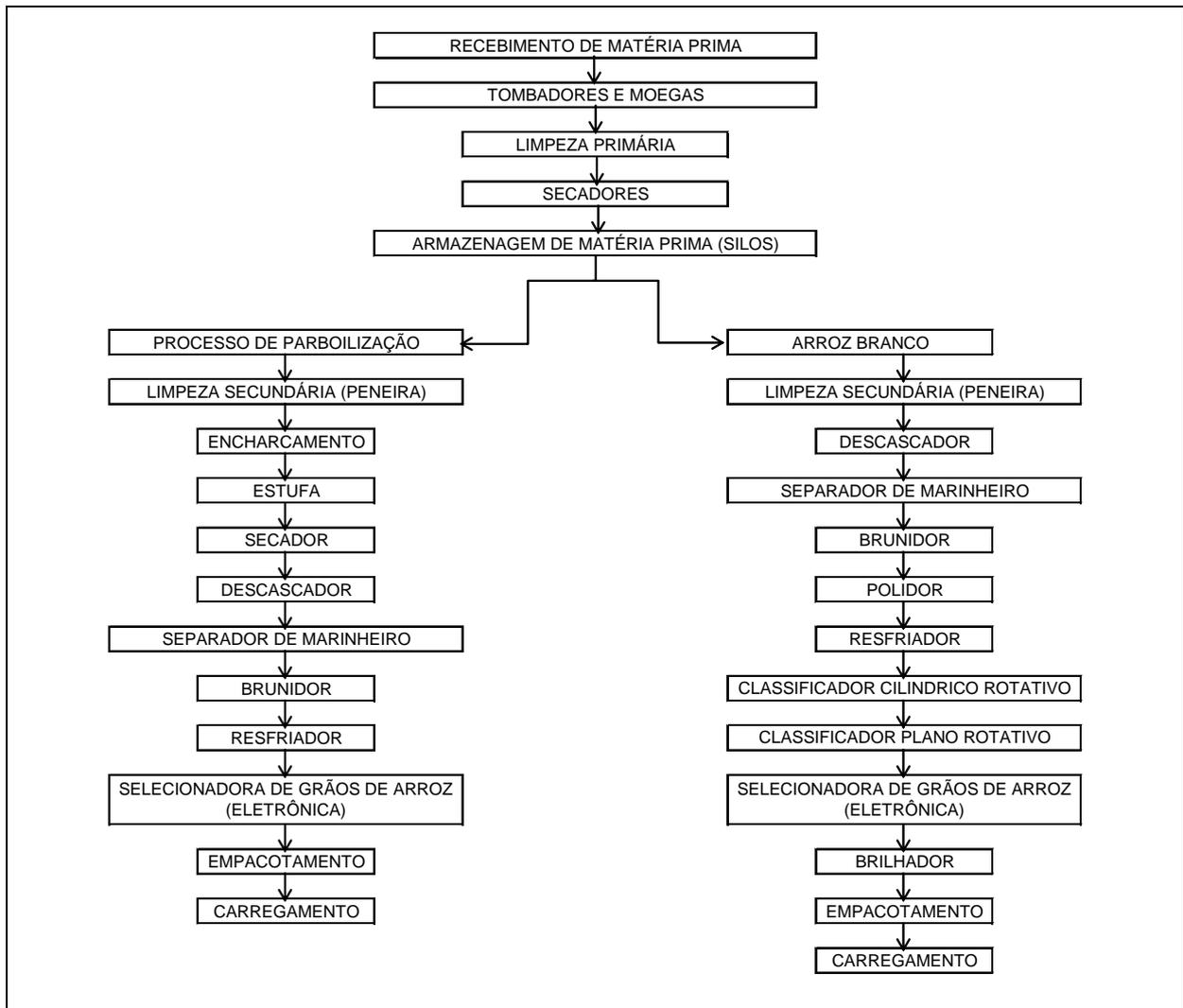
O polimento do grão tem o objetivo de melhorar o sabor, visual e a textura, bem como aumentar sua vida útil, entretanto, em decorrência deste processo de polimento o grão acaba se tornando pouco nutritivo, pois é retirado camadas nutritivas do grão. Mas ainda assim é considerado um grão de muito valor energético (GUIMARÃES, 2010).

Segundo dados da Embrapa (2005), O arroz branco é o principal produto consumido pela população brasileira. Sendo o Estado do Rio Grande do Sul o maior produtor no país, tendo sua produção voltada ao beneficiamento de arroz branco.

Vale ressaltar ainda, que segundo o Sindarroz (2007) o arroz branco ou arroz polido é representado por 75% do arroz consumido, tanto no Brasil, quanto no mundo.

2.1.3 Processo Produtivo

Figura 1 – Fluxograma do Processo Produtivo



Fonte: Darabas (2014, p. 2).

Conforme entrevista com um dos gerentes de produção de uma das Indústrias de Beneficiamento de arroz do município de Turvo (SC) observou-se que as indústrias do município produzem quase que em sua totalidade, o arroz do tipo parboilizado, por esta razão será descrito somente este processo produtivo.

O processo se inicia com o recebimento da matéria-prima, que chegam na indústria com casca e ainda com os teores de umidade e impurezas. A matéria-prima é encaminhada ao tombador ou moegas, onde será descarregada e coletada uma amostragem do arroz com casca, que será utilizada para a classificação do mesmo.

No processo de classificação será analisado o percentual de impurezas, umidade, rendimento e defeitos do grão.

A partir de então é realizado a limpeza primária, onde o arroz é peneirado, com o objetivo de eliminar as impurezas mais “grosseiras”. Posteriormente o arroz é encaminhado a equipamentos que efetuarão a secagem do mesmo. Esse processo é realizado através da utilização de um gás GLP. O processo é monitorado para que o arroz atinja a umidade de 13 a 14%. Após a secagem o arroz, ainda em casca é armazenado em silos.

O arroz parboilizado exige que no seu processo de beneficiamento ocorra uma limpeza secundária, onde o grão é novamente peneirado para a eliminação do restante das impurezas. Posteriormente o arroz é submetido ao encharcamento.

Este processo consiste em colocar o arroz em tanques de água quente, com temperaturas de em média 68 a 72°C para arroz sedo, e 75 a 76°C para arroz verde durante 6 ou 7 horas. Nesta etapa o objetivo é que o arroz fique com umidade de 30 a 32%, o que promoverá uma quebra das pontes de hidrogênio das ligações de amido, sendo que isso facilitará o procedimento de gelatinização.

Após o encharcamento o arroz é colocado em estufas com temperaturas de 400 a 500°C durante 3 minutos. Isso fará com que o grão cozinhe completamente, devido a umidade que estava e as altas temperaturas. O vapor do arroz fará com que os nutrientes que se encontram na película e germe se absorvam no grão.

Então, o arroz é submetido a retirada parcial da umidade através de secadores. A umidade do grão ficará em torno de 12,5% a 13%, a partir de então o arroz está pronto para ser descascado.

Depois de descascado o arroz é colocado em um separador de marinho, este equipamento tem por objetivo separar os grãos que já foram descascados dos que não foram.

Quando descascados são submetidos ao brunidor, que extrairá do arroz o farelo, deixando-o liso. Vale ressaltar que o farelo é utilizado na alimentação de animais e é extraído óleo, que se destina a culinária.

Quando o arroz sai do brunidor, o mesmo está com temperaturas consideradas elevadas, decorrente disto, é submetido ao procedimento de resfriamento, para que fique em temperaturas adequadas.

Após o resfriamento o grão é selecionado eletronicamente, para que então seja empacotado e carregado.

2.2 CUSTOS

Segundo Wernke (2004) custo é como são classificados os gastos obtidos no processo de fabricação de bens ou na prestação de serviços. Nas indústrias os gastos estão direcionados aos fatores de produção como matéria-prima, salários e encargos sociais dos funcionários da indústria.

Controle de custos de uma organização pode ser gerida e classificada em função a ligação que o custo tem em relação ao produto, ou seja, quando custa cada unidade, pode ser classificado o custo em função ao volume, em relação a contabilidade, ou ainda em situações específicas ou monetária (BRUNI; FAMÁ, 2003).

Dependendo da associação que se faz para gerenciar os custos, o mesmo vai ser classificado de uma maneira, podendo ele ser: variável ou fixo, direto ou indireto.

2.2.1 Custos Variáveis

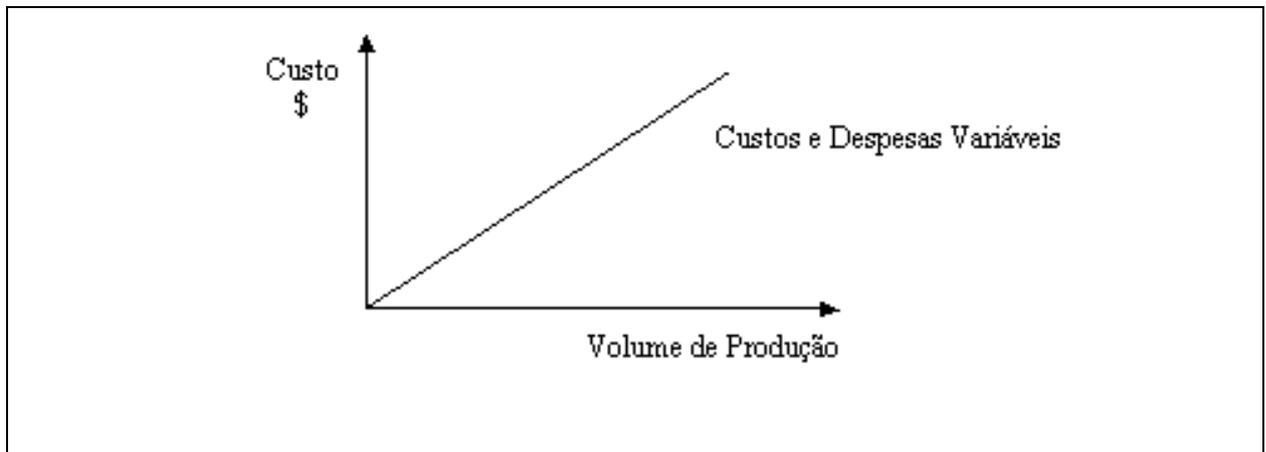
São custos diretamente dependentes do processo de produção, ou seja, quanto mais se produzir, maior será o custo variável, sendo então, que o mesmo se altera conforme o aumento de produção (DUTRA, 2003).

Conforme Bruni e Famá (2003) os custos variáveis alteram-se proporcionalmente em função das atividades da empresa.

Dutra (2003) cita como exemplos de custos variáveis: Matéria-prima; Mão-de-obra direta; Impostos proporcionais ao volume de atividade; entre outros.

Exatamente pela sua dependência direta pelo volume produzido, seu gráfico se comportará da seguinte maneira:

Figura 2 – Representação Gráfica Custos Variáveis



Fonte: FERREIRA, 2003.

2.2.2 Custos Fixos

Custos fixos são “Aqueles cujos valores são os mesmos, qualquer que seja o volume de produção da empresa, dentro de um intervalo relevante. Portanto, eles não apresentam qualquer variação, em função do nível de produção” (DUBOIS; KULPA; SOUZA, 2006).

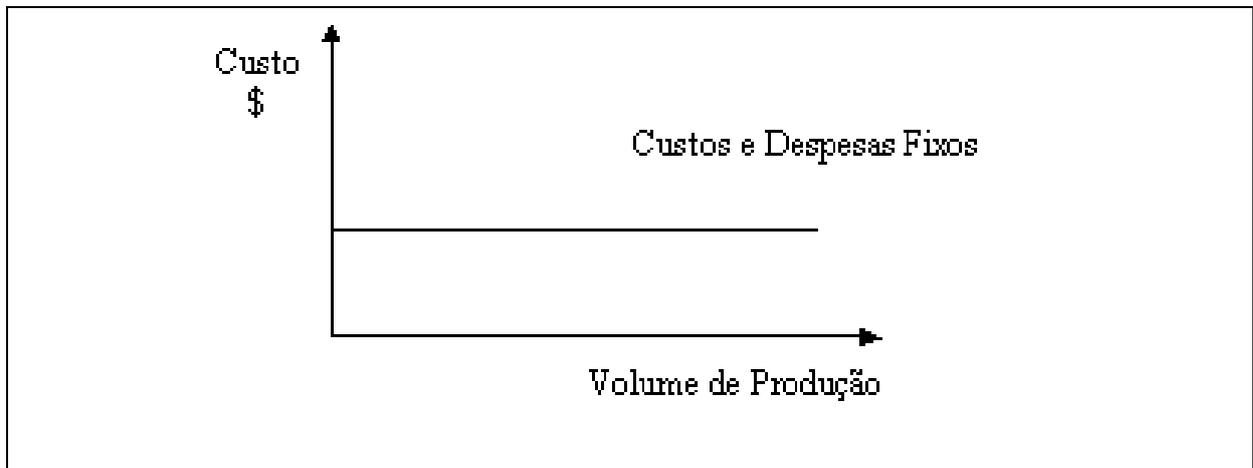
Segundo Dutra (2003) custo fixo não ocorre variação quando comparados ao processo de produção. Ou seja, o custo fixo, independe da quantidade de produção, sendo que o mesmo aumenta no decorrer do tempo e não com relação ao aumento de produção.

Dubois, Kulpa e Souza (2006) citam como exemplo de custos fixos: Aluguel de fábrica; IPTU da fábrica; Depreciação; Seguros da fábrica.

Ainda, Bruni e Famá (2003) definem custo fixo não variam independente do volume de produção. Porém, apesar de não dependerem diretamente do processo produtivo, o custo fixo existe mesmo não havendo produção.

Graficamente, os custos fixos se comportarão da seguinte maneira:

Figura 3 – Representação Gráfica de Custos Fixos



Fonte: FERREIRA, 2003.

2.2.3 Custos Diretos (CD)

São custos que estão diretamente ligados a um só tipo de produto ou serviço. O mesmo tem característica de exclusividade, ou seja, limita o valor e quantidade física do insumo destinado a uma determinada acumulação de custos (DUTRA, 2003).

Crepaldi (2004) define ainda, custos diretos de maneira geral, que os mesmos relacionam-se a produtos e variam equivalente a quantidade produzida.

Segundo Bruni e Famá (2003) os custos diretos são aqueles inclusos no cálculo do produto. Ou seja, consiste em todas as matérias no processo de produção de mão de obra. Podem ser perfeitamente mensuráveis de maneira objetiva.

2.2.4 Custos Indiretos (CIF)

Segundo Crepaldi (2004) são custos que necessitam de algum tipo de rateio.

Os custos indiretos ocorrem quando a empresa possui mais de um tipo de produto, ou então, executa mais de um tipo de serviço. De maneira geral, quanto

maior a variedade de produtos ou serviços, maior será os custos indiretos, entretanto, menor serão os custos diretos (DUTRA, 2003).

“São todos os custos que necessitam de alguns cálculos para serem distribuídos aos diferentes produtos fabricados pela empresa, uma vez que são de difícil mensuração e apropriação a cada produto elaborado, ou ainda, é antieconômico fazê-lo” (DOBOIS; KULPA; SOUZA, 2003, p.81).

2.2.5 Despesas

Diferente da definição de custo, que por sua vez é relacionado à transformação do ativo, despesa é considerado um gasto que gera redução de patrimônio (CREPALDI, 2004).

“Despesas são gastos que a empresa apresenta para auferir algum rendimento, como vendas e distribuição dos produtos elaborados por ela ou até por terceiros” (DUBOIS; KULPA e SOUZA, 2006).

Bruni e Famá (2003) definem como despesas, bens ou serviços, utilizados direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.

Ainda Dutra (2003) complementa conceituando despesas como gastos em função de receitas, porém, não ligadas à produção. Como gastos com aluguéis, depreciação de móveis, energia elétrica, entre outros.

De forma similar aos custos, as despesas também se classificam (BRUNI; FAMÁ, 2003).

2.2.6 Desembolsos

“Tem o significado de extrair um montante do caixa para pagar algo que a empresa adquiriu, ou seja, um bem ou serviço” (DOBOIS; KULPA, SOUZA, 2006).

Conforme Dutra (2003), desembolso é o pagamento total ou parcial de algo adquirido. Ocorre depois da aquisição da propriedade, entretanto, antes ou após sua posse.

Ainda, Crepaldi (2004) define pagamento como o pagamento para aquisição de um bem ou serviço. Desembolso é a saída de valor monetário da empresa.

2.2.7 Ponto de Equilíbrio

Conforme Dutra (2003), ponto de equilíbrio é o ponto onde a empresa encontra os custos e receitas em equilíbrio.

Ainda Bruni e Famá (2003) dividem o ponto de equilíbrio em três conceitos. O primeiro é o ponto de equilíbrio contábil, que nada mais é do que a análise dos gastos variáveis e fixos. O Segundo é ponto de equilíbrio econômico, que consiste no equilíbrio entre a quantidade de vendas e a remuneração mínima de capital próprio nela investida. O terceiro e último, é definido como ponto de equilíbrio financeiro. O mesmo consiste no equilíbrio entre a receita total e a soma de todos os gastos.

Ponto de equilíbrio ocorre quando não há lucros e nem prejuízos, ou seja, quando não se tem divergência entre gastos totais e receitas totais. Aponta a circunstância, a partir da projeção das vendas, em que a organização estará com suas receitas e custos homogêneos, sendo eliminada a possibilidade de prejuízo da operação (PEREZ JR; OLIVEIRA; COSTA, 1999).

Dutra (2003) menciona ponto de equilíbrio como nível total volume de vendas que cobre os custos totais fixos comprometidos. Em outras palavras, o ponto de equilíbrio faz referência ao momento em que o volume de vendas e os custos fixos encontram-se iguais, no ponto de equilíbrio, seu benefício igualado a zero, sendo que nem ganha e nem perde dinheiro.

Ainda Wernk (2004) afirma que ocorre ponto de equilíbrio quando o número total de volume de vendas é suficiente para pagar os custos fixos e variáveis sem gerar nenhum a empresa.

2.3 SALÁRIO

Segundo Paschoal (2001), o salário é a principal ligação entre empregado e empregador. Pode ser visto de duas maneiras, a primeira que é a visão do empregado, que relaciona o salário como forma de retribuição, reconhecimento, padrão de vida, entre outros; e a segunda, que é a visão do empregador, que liga o significado do salário aos custos da organização, de produtividade, bem como fator influenciador.

Salário é a retribuição em dinheiro ou equivalente paga pelo empregador ao empregado em função do cargo que este exerce e dos serviços que presta durante determinado período de tempo (CHIAVENATO, 2004, p. 299).

Conforme Chiavenato (2004), o salário pode ser ainda, subdividido em salário direto e salário indireto. Sendo o salário direto, aquele pago como contraprestação de serviço em determinado cargo, ou seja, o valor fixo pago aos empregados honoristas, ou ainda, representado pelo salário pago mensalmente. Já o salário indireto é representado por férias, gratificações, adicionais, gorjetas, participações dos resultados, horas extras, entre outros.

A soma do salário direto e indireto resulta no que se chama de remuneração, ou seja, a remuneração é o pagamento ao empregado como forma de retribuição a todo o serviço prestado a organização em um determinado período (CHIAVENATO, 2004).

Paschoal (2001) menciona, ainda, que apesar de muitos colaboradores terem o salário como a própria subsistência, para muitas empresas a folha de pagamento continua representando o item mais importante dos seus custos.

Para as organizações a folha de pagamento representa cerca de 30% dos custos de produção (PASCHOAL, 2001).

Sempre que certos itens tomam tais proporções no conjunto de fatores ou custos, eles são escolhidos para serem administrados à parte, com maior rigor (PASCHOAL, 2001, p.6).

Chiavenato (2004) cita que para muitas empresas o salário representa tanto um custo, como um investimento. Custos porque reflete diretamente nos custos de produção ou de prestação de serviços, entretanto, significa investimento,

pois é uma aplicação de dinheiro no fator produção, isso com o intuito de conseguir retorno em curto ou médio prazo.

2.3.1 Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)

Criada em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), decorrente da criação da Justiça do Trabalho, onde o então presidente Getúlio Vargas e seu Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, iniciaram a unificação e consolidação das Leis da época (Decreto Lei n.º 5.452/1943).

Conforme a Lei 5.452, de 1943 a CLT tem como objetivo unificar Lei Trabalhista, individual ou coletiva, praticada no País.

A Legislação trabalhista estabelece alguns direitos importantes ao empregado, que merecem ser ressaltados, como o Art. 461, que garante aos funcionários que exerçam atividades idênticas devem receber o mesmo valor de salário, independente do sexo, idade ou naturalidade (CLT, 2005).

Sendo ainda que não são considerados salários: EPI's fornecidos pela empresa, para serem utilizados no local de trabalho para prestação de serviço; transportes fornecidos para o deslocamento ao trabalho ou retorno; assistências médicas, odontológicas e hospitalares prestadas ao seguro – saúde; seguro de vida e de acidentes pessoais e valor correspondente a vale cultura (Art. 458, Inciso 2).

A Legislação trabalhista prevê ainda, que se considera como serviço efetivo a partir do momento em que o empregado coloca-se a disposição do empregador (Art. 4ª, Leis Trabalhistas).

Entretanto, nem todo trabalhador está regido pelo CLT. O que acontece é que CLT prevê direitos sobre normas de contratos, salários, carga horária e direito dos trabalhadores. Porém existem trabalhadores que possuem regimes próprios, como é o caso de trabalhadores rurais e empregados domésticos, mas vale ressaltar que a grande maioria dos trabalhadores de empresas privadas são regidos pela CLT.

2.3.2 Política Salarial no Brasil

O entendimento sobre a evolução do salário mínimo auxiliará no estudo sobre os reajustes salariais nas indústrias de beneficiamento de arroz, já que, como consta na Constituição federal, Art. 7^a, Inciso VII, é proibido que a remuneração variável fosse inferior ao salário mínimo. “Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável” (BRASIL, 1981).

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), Art. 7^a, inciso IV, salário mínimo é de direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assim como outros que trabalhadores que almejam alcançar melhorias na condição de vida.

Art. 7^a “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: Inciso IV salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.

Em meados da década de 30, foi regulamentado no Brasil, através da Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 a instituição do salário mínimo (PORTAL BRASIL, 2015).

Inicialmente, o país era dividido em 22 regiões, sendo que as regiões que correspondiam a estados eram divididas em sub-regiões, com um total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região, foi fixado um valor de salário mínimo, totalizando em 14 valores de salários mínimos diferentes no Brasil (PORTAL BRASIL, 2015).

Segundo DIEESE (2014) a partir de 1962, com a aceleração da inflação, o salário mínimo, volta a perder seu poder de compra. Com o golpe militar, houve mudanças na política de reajuste salarial, deixando-se de lado a prática de recompor o valor real do salário mínimo. Em 1968, passou a utilizar-se uma correção em relação a diferença entre inflação esperada e inflação realizada.

Os autores ainda relatam que de 1975 a 1982, os reajustes salariais começam a ter um tímido aumento de poder de compra, com um ganho real de 30%. Em 1979, houve mudanças nos reajustes, os mesmos passam a ocorrer semestralmente, com valores aproximados a 100% de variação do INPC. A partir de

1983, o crescimento da inflação, juntamente com as políticas salariais referentes aos planos econômicos e estabilidade, levou perdas no poder de compra do salário mínimo, muito significativo. Durante 1982 e 1990, o valor do salário mínimo caiu 24% (DIEESE, 2014).

Ainda conforme DIEESE (2014) em 1990, mesmo predominando altos índices de inflação, a política salarial conseguiu garantir o poder de compra do salário mínimo, que por fim, acabou apresentando um crescimento de 10,6% entre 1990 a 1996, em relação ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

A partir de então estabiliza-se o Plano Real, com ganhos ao salário mínimo, sendo de 28,3% de 1994 a 1999.

Cabe ressaltar, que as diferenças entre os salários mínimos pagos no país, em 1974 foram reduzidos para apenas 5, e em 1974, caindo para apenas 3 salários mínimos regionais. Sendo que em 1984, o valor do salário mínimo pago foi unificado, sendo assim até hoje (IPEA, 2000).

Levando em consideração o histórico do salário mínimo, e a importância que o mesmo tem sobre demais salários, segue abaixo a evolução do salário mínimo do Brasil do período de 2002 a 2014.

Tabela 1- Histórico Reajuste Salário Mínimo

Ano	Salário Mínimo
2002	R\$ 200,00
2003	R\$ 240,00
2004	R\$ 260,00
2005	R\$ 300,00
2006	R\$ 350,00
2007	R\$ 380,00
2008	R\$ 415,00
2009	R\$ 465,00
2010	R\$ 510,00
2011	R\$ 540,00
2012	R\$ 622,00
2013	R\$ 678,00
2014	R\$ 724,00

Fonte: Dados da pesquisadora

2.3.3 Estrutura Salarial

Na folha de pagamento são descritas verbas, devidas ou creditadas, assim como os descontos e abatimentos correspondente a cada colaborador e seu respectivo cargo, isso se trata de um documento obrigatório, para efeito de fiscalização e previdência (CHIAVENATO, 2004).

Apesar dos salários diretos pagos aos colaboradores ainda sejam menores aos pagos em outros países, as organizações brasileiras acabam tendo custos de mão de obra muito superiores, devido a grande incidência de encargos sociais, o que é denominado com *custo Brasil* (CHIAVENATO, 2004).

Conforme Chiavenato (2004) os salários podem ser divididos em salários diretos, que é representado pelo salário bruto, e os salários indiretos, que são os planos e benefícios

As indústrias de beneficiamento de arroz têm seus salários divididos basicamente em salário bruto, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), INSS patronal, Risco de Acidente de Trabalho (RAT), Fundos da Previdência e Assistência Social (FPAS). Algumas ainda pagam vale alimentação e plano de saúde.

a) Salário Bruto

Salário bruto corresponde o valor que o funcionário receberia antes dos adicionais e descontos de responsabilidade dos mesmos devido a contribuições que devem cumprir (Lourenço, 2015).

b) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS

De acordo com a Lei nº 8.036 de 1990, art. 2º, Art. 2º:

O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

A Lei nº 8.036, de 1990 ainda prevê que todos os empregadores são obrigados a direcionar 8% do valor total da remuneração, do mês anterior, aos empregados (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2015).

c) INSS Patronal

Corresponde ao pagamento ou creditação de 20% sobre o total de remuneração paga aos indivíduos segurados que prestem serviço a organização, no decorrer de um mês (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2015).

(...) vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2015).

d) Risco de Acidente de Trabalho - RAT

Segundo dados oficiais da Receita Federal (2015), o RAT mede o risco que a atividade econômica sujeita o empregado. Com base nisso, é cobrada uma contribuição com o intuito de financiar os benefícios previdenciários de acordo com o grau de incidência de incapacidade laboratorial. O valor da contribuição varia conforme o risco, sendo que pode variar de 1 a 3%, sendo que 1% é para empresas que apresentam atividades de risco mínimo, 2% apresentam atividades de risco médio e 3% às empresas que apresentam atividades de risco grave. A porcentagem é sob o total de remuneração do indivíduo que presta serviço a uma organização no decorrer de um mês.

e) Fundos da Previdência e Assistência Social – FPAS

Segundo a Receita Federal (2015), o FPAS é código de padronização nacional, que classifica as empresas conforme o ramo de atividade. Dependendo da

classificação, algumas possuem certas obrigações a mais que outras, como por exemplo o pagamento da Seguridade Social.

2.4 ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deriva do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). O indicador verifica a variação dos custos com os gastos das pessoas que ganham de um a quarenta salários mínimos (BRASIL, 2014).

Conforme dados do Banco Central (2010), o Índice Nacional de preço ao Consumidor Amplo (IPCA), é um índice que mede a variação mensal da inflação. O mesmo abrange as seguintes regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória, Porto Alegre e Brasília, além dos municípios de Goiânia e Campo Grande.

Segundo site Portal Brasil (2015) “O IPCA é o índice oficial do Governo Federal para a medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI, a partir de julho/99”. Desde então, tornou-se o índice oficial do Governo Federal para medição da inflação no país, razão pela qual o utilizamos na elaboração deste projeto.

Sabendo que a inflação é um processo de aumento dos preços decorrente de quando a procura por certo bem ou serviço é maior do que a capacidade que determinada economia tem de produzir. O Índice IPCA verifica se os preços praticados Brasil, estão coerentes com as metas inflacionárias estabelecidas pelo Banco Central (ADVFN, 2014).

Para a definição do índice, o IBGE pondera as despesas das pessoas levando em consideração a variação dos preços dos seguintes itens: despesas com alimentação com peso de 25,21 %; transporte e comunicação com peso de 18,77%; despesas pessoais com peso de 15,68%; vestuário com peso de 12,49%; habitação com peso de 10,91%; saúde e cuidados pessoais com peso de 8,65% e artigos de residência com peso de 8,09% (IBGE, 2006).

O IPCA mede a variação dos preços no período compreendido entre o dia primeiro e o último dia do mês de referência, sendo que o resultado é divulgado no entre o dia onze ao dia vinte do mês seguinte (BRASIL, 2014).

O calculo do IPCA é feito com cerca de 435.000 preços, coletados em 28.000 estabelecimentos, a partir de então os preços coletados são analisados através de um processo automatizado, e também pela validação de uma equipe de analistas de preços (IBGE, 2006).

Segue abaixo tabela do histórico do IPCA, bem como o acumulado de cada ano.

Tabela 2 – Histórico Índice IPCA

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Jan	0,52	2,25	0,76	0,58	0,59	0,44	0,54	0,48	0,75	0,83	0,56	0,86	0,55
Fev	0,36	1,57	0,61	0,59	0,41	0,44	0,49	0,55	0,78	0,80	0,45	0,60	0,69
Mar	0,60	1,23	0,47	0,61	0,43	0,37	0,48	0,20	0,52	0,79	0,21	0,47	0,92
Abr	0,80	0,97	0,37	0,87	0,21	0,25	0,55	0,48	0,57	0,77	0,64	0,55	0,67
Mai	0,21	0,61	0,51	0,49	0,10	0,28	0,79	0,47	0,43	0,47	0,36	0,37	0,46
Jun	0,42	(0,15)	0,71	(0,02)	(0,21)	0,28	0,74	0,36	-	0,15	0,08	0,26	0,40
Jul	1,19	0,20	0,91	0,25	0,19	0,24	0,53	0,24	0,01	0,16	0,43	0,03	0,01
Ago	0,65	0,34	0,69	0,17	0,05	0,47	0,28	0,15	0,04	0,37	0,41	0,24	0,25
Set	0,72	0,78	0,33	0,35	0,21	0,18	0,26	0,24	0,45	0,53	0,57	0,35	0,57
Out	1,31	0,29	0,44	0,75	0,33	0,30	0,45	0,28	0,75	0,43	0,59	0,57	0,42
Nov	3,02	0,34	0,69	0,55	0,31	0,38	0,36	0,41	0,83	0,52	0,60	0,54	0,51
Dez	2,10	0,52	0,86	0,36	0,48	0,74	0,28	0,37	0,63	0,50	0,49	0,92	0,78
	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	5,9	4,3	5,9	6,5	5,8	5,9	6,4

Fonte: Dados Pesquisadora.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa é necessário que seja definido o tipo de investigação que será realizado. De acordo com o tipo de pesquisa, delimitam-se as ferramentas utilizadas para a coleta dos dados necessários para a realização do mesmo (MARTINS, 2004).

Ainda segundo Andrade (2010) a pesquisa é um procedimento sistemático, que tem por objetivo elencar soluções aos problemas propostos, com o auxílio da utilização dos procedimentos metodológicos.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Os tipos de pesquisas podem ser classificados de diferentes formas, definidos por critérios segundo o enfoque do estudo (ANDRADE, 2010).

Com base nos objetivos específicos definidos, se observou a necessidade de escolher dois tipos de pesquisas a serem realizadas. Serão elas: Descritiva e Exploratória.

3.1.1 Pesquisa Descritiva

Conforme Andrade (2010) a pesquisa descritiva baseia-se em cinco fatos, que são: observar, registrar, analisar, classificar e interpretar. Ou seja, os fatos são estudados, porém não manipulados pelo pesquisador. Procura analisar a frequência que determinado fenômeno ocorre, as possíveis relações e conexões com outros, sua natureza, assim como suas características.

Ainda Gil (2002) cita como característica primordial da pesquisa descritiva o objetivo da descrição de características de determinada população ou fenômeno.

Vale ressaltar ainda, que uma característica significativa da pesquisa descritiva é a padronização na coleta de dados. Sendo a mesma, realizada principalmente através de questionários e observação sistemática (ANDRADE, 2010).

A pesquisa descritiva se baseia no processo de coletar, observar, registrar, analisar e por fim relacionar os fatos, sem manipulá-los. Ainda, se define como característica uma pesquisa ampla e completa, com formulações claras do problema definido e das hipóteses de soluções (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

3.1.2 Pesquisa Exploratória

Já a pesquisa exploratória consiste em proporcionar o aprimoramento de ideias ou então descoberta das mesmas. Assim sendo, bastante flexível, possibilitando considerações sobre variados aspectos com relação ao estudo (GIL, 2002).

Ainda segundo CerVO, Bervian e Da Silva (2007), a pesquisa em questão, faz descrições precisas do estudo. A pesquisa exploratória, ainda é classificada como flexível, pois fornece considerações de diversos aspectos do problema elencado.

A pesquisa exploratória tem como característica proporciona auxílio na delimitação do tema, definição dos objetivos. Vale ressaltar ainda, que a mesma muitas vezes resulta em um estudo preliminar para outros futuros estudos (ANDRADE, 2010).

3.2 MEIOS DE INVESTIGAÇÃO

Para a realização da pesquisa os meios serão: bibliográficos, pesquisa de Campo e pesquisa documental.

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica

Qualquer tipo de pesquisa realizada, seja em qual área, se antecede com uma pesquisa bibliográfica. Seja para o levantamento de informações sobre o estudo, seja pela fundamentação teórica ou então para definir os limites da

pesquisa. Ou seja, a pesquisa bibliográfica auxilia na busca pelo conhecimento e análise das contribuições antecedentes ao estudo (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

Ainda segundo Martins (2004), o mesmo considera a pesquisa bibliográfica como o ponto inicial de qualquer pesquisa. Isso porque, a pesquisa bibliográfica caracteriza-se por levantamento de dados coletados em livros, revistas, artigos, jornais, sites, entre outros.

3.2.2 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de adquirir informações sobre determinado problema onde se procura uma resposta, ou então, de uma hipótese que se busca comprovar, ou ainda, descobrir novos fatos ou as relações entre os mesmos (MARCONI; LAKATOS, 2002).

Ainda Barros e Lehfeld (1986) definem pesquisa de campo com o papel de explorador e observador de dados coletados diretamente no campo, local onde surgiram os fenômenos em estudo.

A pesquisa de campo propriamente dita não deve ser confundida com uma simples coleta de dados (...) é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetos preestabelecidos que discrimina suficientemente o que deve ser coletado (BARROS, LEHFELD; 1986, p.93).

2.2.3 Pesquisa Documental

Segundo Marconi e Lakatos (2002) a pesquisa documental por ser uma fonte de coleta de dados que está limitada a documentos, que podem estar escritos ou não, se caracterizando como fontes primárias.

Ainda conforme Gil (2002) a pesquisa documental é muito semelhante a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre ambas é a natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se fundamenta através de vários autores sobre um mesmo assunto, a pesquisa documental se utiliza de fundamentalmente de materiais que não recebem tratamentos analíticos.

Martins e Theóphilo (2009) classificam pesquisa documental como de fontes primárias, ou seja, materiais escritos pelo próprio autor, entretanto, que não foram ainda objeto de análise.

Segue abaixo o quadro com assuntos e seus referidos autores.

Quadro 1 – Assuntos e seus respectivos autores

Assunto	Autor
Custos	Eliseu Martins Ludwig J. M. Kauser Benedito Albuquerque da Silva Luciana Kulpa Luiz Eurico de Souza Alexy Dubois Adriano Leal Bruni Rubens Fama
Salário	Idalberto Chiavenato Luiz Pachoal

Fonte: Dados Pesquisadora

3.3 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO

O estudo tem por objetivo coletar, analisar e correlacionar dados sobre o aumento salarial que as indústrias de beneficiamento de arroz, estão tendo sob os custos das mesmas. A coleta de dado para a realização da análise, será realizada no primeiro semestre de 2015 com as oito indústrias de beneficiamento de arroz existentes no município de Turvo - SC.

O Brasil está classificado entre os dez maiores produtores mundiais de arroz, sendo que a região sul produz 60% da produção total do cereal. Vale ressaltar ainda, que o cultivo do grão cresceu na última década 42%. (EMBRAPA, 2005)

Segundo site do Município de Turvo – SC, que têm sua economia voltada ao agronegócio, é considerado o terceiro maior produtor de arroz do estado de Santa Catarina. O município possui oito indústrias de beneficiamento de arroz, empregando aproximadamente mil funcionários.

Quadro 2 – Pesquisa com a População Alvo

Objetivos Específicos	Período	Extensão	Unidade de Amostragem	Elemento
Levantamento do desmembramento salarial	Primeiro semestre 2015	08 Indústrias de Beneficiamento de arroz do Município de Turvo (SC)	Setor de Recursos Humanos	Funcionários
Levantamento do valor dos salários brutos e seus respectivos encargos, no período de 2002 a 2014	Primeiro semestre 2015	08 Indústrias de Beneficiamento de arroz do Município de Turvo (SC)	Setor de Recursos Humanos	Funcionários
Levantamento da Quantidade de Funcionários, no período de 2002 a 2014	Primeiro Semestre de 2015	08 Indústrias de Beneficiamento de arroz do Município de Turvo (SC)	Setor de Recursos Humanos	Funcionários
Levantamento dos custos/fardo no período 2002 a 2014	Primeiro Semestre de 2015	08 Indústrias de Beneficiamento de arroz do Município de Turvo (SC)	Setor de Produção	Produção
Levantamento de produção anual de 2002 a 2014	Primeiro Semestre de 2015	08 Indústrias de Beneficiamento de arroz do Município de Turvo (SC)	Setor de Produção	Produção
Levantamento do passo a passo do processo de parboilização	Primeiro Semestre de 2015	Indústrias de Beneficiamento de arroz do Município de Turvo (SC)	Setor de Produção	Produção

Fonte: Dados pesquisadora.

3.4 PLANO DE COLETA DE DADOS

Segundo Andrade (2010) para a realização da coleta de dados, antes é necessário à definição de um plano. O mesmo esquematizará o processo de coleta, a fim de facilitar, assim como assegurar uma ordem na execução da mesma. Os dados coletados serão elaborados, analisados, interpretados e representados

graficamente, sendo posteriormente feita a correlação dos resultados da pesquisa, que são dados primários, com os dados antes secundários.

Os dados primários são classificados como dados de “primeira mão”, ou seja, dados que ainda precisam ser coletados, já os dados secundários, são os já existentes (GEWANDSZAJDER, 1989).

Com base na contextualização de dados primários e secundários, defini-se que a coleta de dados realizados será em determinado momento primário, pois serão dados sobre a evolução do salário base dos trabalhadores da indústria de beneficiamento e em contrapartida os secundários, que são dados históricos sobre o reajuste do salário mínimo, bem como outras informações históricas e de contextualização.

Os dados serão coletados através de questionários realizados diretamente com o setor administrativo das indústrias de beneficiamento de arroz. Ainda, com o objetivo de confrontação de dados, serão feitas pesquisas de dados históricos.

Quadro 3 – Plano de coleta de dados.

Objetivos Específicos	Documentos	Localização
Levantamento do reajuste salarial das Indústrias de Beneficiamento de Arroz do Município de Turvo (SC) no período de 2002 a 2014	Documentos internos da Empresa	Arquivos da empresa, no setor de Recursos Humanos e Administrativo
Levantamento dos reajustes do salário mínimo no período de 2002 a 2014.	Dados Oficiais	Sites
Levantamento do desmembramento salarial para verificar os impactos nos custos da empresa	Documentos internos da Empresa	Arquivos da empresa, no setor de Recursos Humanos
Levantamento dos custos de produção	Documentos Internos	Arquivos da empresa, no setor de produção e Administrativo
Levantamento da produção anual, no período de 2002 a 2014	Documentos Internos	Arquivos da empresa, no setor de Produção de Recursos Humanos

Fonte: Dados da pesquisadora.

3.5 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados consiste na classificação e organização das informações que foram coletadas, tendo em vista a contextualização. Com isso, tabulado explicações sobre possíveis soluções para os problemas propostos. Contudo, a análise de dados, tem por objetivo realizar a análise comparativa entre o que se foi coletado com a opinião de vários autores (MARTINS, 2004).

A pesquisa quantitativa se baseia em quantificar os dados, ou seja, traduzir em números e índices os dados coletados. Em contrapartida, a pesquisa qualitativa, é tida como aquilo que não se mensura, ou seja, leva-se em consideração características subjetivas e suas particularidades (BRASIL ESCOLA, 2014).

Com base na contextualização de dados quantitativos e qualitativos observa-se que no estudo em questão, será realizado ambos os tipos de dados, por se tratar de informações sobre o reajuste salarial, e índices de IPCA.

3.6 SÍNTESE DO PROCESSO METODOLÓGICO

Segue abaixo a representação gráfica do processo metodológico anteriormente definido.

Quadro 4 – Processo Metodológico

Objetivos Específicos	Tipo de Pesquisa	Meios de Investigação	Classificação da Pesquisa	Técnica de Coleta	Procedimentos da Coleta de Dados	Técnica de Análise de Dados
Levantar o reajuste salarial desde 2002, atualizados pelo reajuste do IPCA no período	Descritiva e Exploratória	Pesquisa Bibliográfica; Levantamento e Pesquisa de Campo	Primária e Secundária	Entrevista em Profundidade	Análise de dados	Quantitativo
Verificar o impacto dos encargos sociais na folha de pagamento das indústrias, decorrente dos aumentos salariais.	Descritiva e Exploratória	Levantamento e Pesquisa de Campo	Primária e Secundária	Entrevista em Profundidade	Análise de dados	Qualitativo
Individualizar os componentes de custos de produção do arroz	Descritiva e Exploratória	Levantamento e Pesquisa de Campo	Primária	Entrevista em Profundidade	Análise de dados	Quantitativo e Qualitativo
Descrever os componentes dos salários pagos na Indústria de Beneficiamento de arroz	Descritiva e Exploratória	Levantamento e Pesquisa de Campo	Primária e Secundária	Entrevista em Profundidade e e-mail	Análise de dados	Qualitativo
Verificar o aumento de produtividade da indústria no período avaliado	Descritiva e Exploratória	Pesquisa de Campo	Primária	Entrevista em Profundidade e e-mail	Análise de dados	Quantitativo

Fonte: Dados Pesquisadora

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos através da coleta de dados de indústrias de beneficiamento de arroz do município de Turvo – SC. Os dados foram coletados através de uma pesquisa feita por e-mail, sendo que num primeiro momento, as empresas informaram o desmembramento salarial, para que em seguida fosse fornecida uma tabela com os valores dos respectivos desmembramentos. A maioria dos questionários foram respondidos pelos responsáveis pelo setor de RH e produção de cada uma das Indústrias.

Do total das 8 empresas de beneficiamento de arroz do município de Turvo – SC, três aceitaram fornecer os dados para a pesquisa. Entretanto, vale ressaltar que essas três empresas representam mais de 60% do volume de arroz beneficiado no município e do número de empregados do setor. A seguir será apresentada uma análise detalhada de cada ponto relevante da pesquisa, levando em consideração os objetivos específicos.

4.1 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO SALARIAL EM RELAÇÃO A INFLAÇÃO MEDIDA PELO IPCA

O primeiro ponto analisado na pesquisa foi à variação do ganho real que os funcionários de cada empresa tiveram no período estudado. Obteve-se a média salarial anual por funcionário dividindo-se o total dos salários pagos pela empresa pelo número total de funcionários, conforme tabelas abaixo, para que assim fosse relacionado com o valor dos ganhos salariais, que nada mais é do que a soma do salário bruto com os benefícios que as empresas pagam.

Tabela 2 - Evolução salarial em relação a inflação medida pelo IPCA da empresa A

Ano	Qtidade de Func.	Total de Gastos anuais com salários	Salário médio pago por funcionário por ano	Mês/ Ano Referência	Índice	Salário médio pago por funcionário por ano corrigido IPCA	Variação do ganho real
2006	60	R\$ 547.200,00	R\$ 9.120,00	Jan/06	2550,36	-	0,0%
2007	78	R\$ 786.240,00	R\$ 10.080,00	Jan/07	2626,56	R\$ 9.392,49	7,3%
2008	76	R\$ 839.040,00	R\$ 11.040,00	Jan/08	2746,37	R\$ 9.820,93	12,4%
2009	84	R\$ 1.008.000,00	R\$ 12.000,00	Jan/09	2906,74	R\$ 10.394,40	15,4%
2010	85	R\$ 1.101.600,00	R\$ 12.960,00	Jan/10	3040,22	R\$ 10.871,72	19,2%
2011	96	R\$ 1.336.320,00	R\$ 13.920,00	Jan/11	3222,42	R\$ 11.523,26	20,8%
2012	98	R\$ 1.458.240,00	R\$ 14.880,00	Jan/12	3422,79	R\$ 12.239,78	21,6%
2013	96	R\$ 1.520.640,00	R\$ 15.840,00	Jan/13	3633,44	R\$ 12.993,06	21,9%
2014	94	R\$ 1.579.200,00	R\$ 16.800,00	Jan/14	3836,37	R\$ 13.718,73	22,5%

Fonte: Dados Pesquisadora

Com relação à tabela 2, verifica-se que a variação da empresa A não apresentou aumentos relevantes, sendo um dos motivos o fato da mesma não ter agregado outros benefícios aos funcionários.

Tabela 3 - Evolução salarial em relação à inflação medida pelo IPCA da empresa B

Ano	Qtidade de Func.	Total de Gastos anuais com salários	Salário médio pago por funcionário por ano	Mês/ Ano Referência	Índice	Salário médio pago por funcionário por ano corrigido IPCA	Variação do Ganho real
2002	171	R\$ 984.474,58	R\$ 5.757,16	Jan/02	1822,08	R\$ -	0
2003	194	R\$ 1.589.797,12	R\$ 8.194,83	Jan/03	2085,67	R\$ 6.590,02	24,4%
2004	204	R\$ 1.661.337,99	R\$ 8.143,81	Jan/04	2246,43	R\$ 7.097,96	14,7%
2005	218	R\$ 2.428.946,63	R\$ 11.141,96	Jan/05	2412,83	R\$ 7.623,73	46,1%
2006	226	R\$ 3.048.583,00	R\$ 13.489,31	Jan/06	2550,36	R\$ 8.058,28	67,4%
2007	236	R\$ 3.189.532,81	R\$ 13.514,97	Jan/07	2626,56	R\$ 8.299,05	62,8%
2008	273	R\$ 4.270.729,00	R\$ 15.643,70	Jan/08	2746,37	R\$ 8.677,61	80,3%
2009	265	R\$ 4.827.649,63	R\$ 18.217,55	Jan/09	2906,74	R\$ 9.184,32	98,4%
2010	251	R\$ 5.180.913,00	R\$ 20.641,09	Jan/10	3040,22	R\$ 9.606,07	114,9%
2011	249	R\$ 4.963.845,00	R\$ 19.935,12	Jan/11	3222,42	R\$ 10.181,77	95,8%
2012	258	R\$ 5.624.411,00	R\$ 21.800,04	Jan/12	3422,79	R\$ 10.814,87	101,6%
2013	272	R\$ 6.448.627,00	R\$ 23.708,19	Jan/13	3633,44	R\$ 11.480,45	106,5%
2014	279	R\$ 7.605.429,00	R\$ 27.259,60	Jan/14	3836,37	R\$ 12.121,64	124,9%

Fonte: Dados Pesquisadora.

Com base na análise das tabelas 2, 3 e 4, nota-se que a empresa B, foi a que apresentou melhor desempenho na sua política de valorização do salário de seus colaboradores. Este ganho passou a ser maior a partir do ano de 2010, ano no qual a empresa começou a pagar vale alimentação aos funcionários, como pode ser observado na tabela 3.

Por sua vez, observa-se que a empresa C também passou a oferecer como benefício, a partir do ano de 2011, um plano de saúde patrocinado pela mesma. Essa vantagem oferecida proporcionou aumento no ganho salarial dos seus funcionários.

Tabela 4 - Evolução salarial em relação à inflação medida pelo IPCA da empresa C

Ano	Qtidade de Func.	Total de Gastos anuais com salários	Salário médio pago por funcionário por ano	Mês/ Ano Referência	Índice	Salário médio pago por funcionário por ano corrigido IPCA	Variação do ganho real
2005	57	R\$ 587.460,00	R\$ 10.306,32	Jan/05	2412,83	R\$ -	0,0%
2006	59	R\$ 633.612,00	R\$ 10.739,19	Jan/06	2550,36	R\$ 10.893,77	-1,4%
2007	65	R\$ 811.896,00	R\$ 12.490,71	Jan/07	2626,56	R\$ 11.219,26	11,3%
2008	68	R\$ 898.320,00	R\$ 13.210,59	Jan/08	2746,37	R\$ 11.731,02	12,6%
2009	70	R\$ 949.728,00	R\$ 13.567,54	Jan/09	2906,74	R\$ 12.416,03	9,3%
2010	68	R\$ 978.000,00	R\$ 14.382,35	Jan/10	3040,22	R\$ 12.986,19	10,8%
2011	60	R\$ 1.017.504,00	R\$ 16.958,40	Jan/11	3222,42	R\$ 13.764,45	23,2%
2012	73	R\$ 1.379.856,00	R\$ 18.902,14	Jan/12	3422,79	R\$ 14.620,32	29,3%
2013	76	R\$ 1.623.240,00	R\$ 21.358,42	Jan/13	3633,44	R\$ 15.520,11	37,6%
2014	80	R\$ 1.837.572,00	R\$ 22.969,65	Jan/14	3836,37	R\$ 16.386,92	40,2%

Fonte: Dados Pesquisadora.

Com a análise das tabelas 2, 3 e 4, é possível observar que os funcionários da empresa A tiveram um aumento real nos seus salários de 22,5%, os da empresa B tiveram um aumento real de 124,9%, enquanto os da empresa C tiveram um aumento real de salários de 40,2%.

Pode-se observar que o comportamento das políticas salariais das empresas é bastante distinto. Verifica-se que a empresa B tem uma política salarial mais generosa para os funcionários, pagando salários médios bem superiores aos da empresa A. Além disso, com a oferta de outros benefícios, proporcionou um aumento no ganho real muito maior que o das outras empresas.

Tomando por base o ano de 2006, a partir do qual temos informações das três empresas, e tendo como referência o salário médio pago pela empresa A, podemos observar que naquele ano a empresa B pagava um salário médio anual 48% superior a empresa A e a empresa C, um salário médio anual 18% superior à empresa A. Já no ano de 2014 esses percentuais se elevarão para 62% e 23%, respectivamente, o que deixa claro as diferenças de políticas salariais adotadas.

4.2 ANÁLISE DO IMPACTO DOS ENCARGOS SOCIAIS NA FOLHA DE PAGAMENTO DAS INDÚSTRIAS, DECORRENTES DOS AUMENTOS SALARIAIS

Segundo Paschoal (2001), a principal ligação entre empregador e empregado, é o salário. Entretanto, cada um relaciona o mesmo de uma forma diferente.

Ainda segundo Wernke (2004) assim como os gastos com matéria prima, os salários e encargos sociais pagos aos funcionários das indústrias são classificados como um custo para as mesmas.

Conforme estabelecido pela Constituição Federal, Art. 7º, Inciso VII, não é permitido remunerações inferiores ao salário mínimo estabelecido pelo Governo. Ou seja, o salário bruto oferecido pelo empregador tem obrigatoriamente ser superior ao estabelecido pelo Governo Brasileiro.

Entretanto os custos que as indústrias têm com relação ao valor pago aos empregados, vão além do salário bruto. A estrutura salarial das indústrias de beneficiamento de arroz é desmembrada, obrigatoriamente, em: salário bruto, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), INSS Patronal, risco de acidente de trabalho (RAT), fundos da previdência e assistência social (FPAS). Verifica-se,

através das informações coletadas, que a partir de 2011 as empresas B e C passaram a pagar o vale alimentação e plano de saúde aos seus colaboradores.

O FPAS apresenta códigos de enquadramento para as empresas, de acordo com a atividade desenvolvida e que determinam o percentual de recolhimento. Apesar das três empresas se enquadrarem em códigos diferentes, todas elas apresentam o mesmo percentual de 5,2% sobre o total da folha de pagamento.

Além do FPAS, as empresas recolhem 8% de FGTS, 20% de INSS Patronal e 3% com RAT. Como se pode observar nas tabelas abaixo:

Tabela 5 – Desmembramento Salarial empresa A

Ano	Salário Bruto	FGTS	INSS	RAT	FPAS
2006	R\$ 547.200,00	R\$ 43.776,00	R\$109.440,00	R\$16.416,00	R\$28.454,40
2007	R\$ 786.240,00	R\$ 62.899,20	R\$157.248,00	R\$23.587,20	R\$40.884,48
2008	R\$ 839.040,00	R\$ 67.123,20	R\$167.808,00	R\$25.171,20	R\$43.630,08
2009	R\$1.008.000,00	R\$ 80.640,00	R\$201.600,00	R\$30.240,00	R\$52.416,00
2010	R\$1.101.600,00	R\$ 88.128,00	R\$220.320,00	R\$33.048,00	R\$57.283,20
2011	R\$1.336.320,00	R\$106.905,60	R\$267.264,00	R\$40.089,60	R\$69.488,64
2012	R\$1.458.240,00	R\$116.659,20	R\$291.648,00	R\$43.747,20	R\$75.828,48
2013	R\$1.520.640,00	R\$121.651,20	R\$304.128,00	R\$45.619,20	R\$79.073,28
2014	R\$1.579.200,00	R\$126.336,00	R\$315.840,00	R\$47.376,00	R\$82.118,40

Fonte: Dados pesquisadora

Tabela 6 – Desmembramento Salarial empresa B

Ano	Salário Bruto	FGTS	INSS	RAT	FPAS	Vale alimentação
2002	R\$ 984.474,58	R\$ 95.093,16	R\$ 422.747,94	R\$ 29.534,24	R\$ 51.192,68	
2003	R\$1.589.797,12	R\$ 131.796,74	R\$ 578.148,38	R\$ 47.693,92	R\$ 82.669,45	
2004	R\$1.661.337,99	R\$ 137.727,59	R\$ 604.165,06	R\$ 49.840,14	R\$ 86.389,58	
2005	R\$2.428.946,63	R\$ 181.944,00	R\$ 883.445,00	R\$ 72.868,40	R\$126.305,22	
2006	R\$3.048.583,00	R\$ 190.464,75	R\$ 936.492,00	R\$ 91.457,49	R\$158.526,32	
2007	R\$3.189.532,81	R\$ 209.016,95	R\$1.051.535,12	R\$ 95.685,99	R\$165.855,71	
2008	R\$4.270.729,00	R\$ 272.413,20	R\$1.244.848,12	R\$128.121,87	R\$222.077,91	
2009	R\$4.827.649,63	R\$ 314.012,96	R\$1.582.477,03	R\$144.829,49	R\$251.037,78	
2010	R\$5.180.913,00	R\$ 326.708,21	R\$1.751.118,00	R\$155.427,39	R\$269.407,48	
2011	R\$4.810.845,00	R\$363.871,63	R\$1.875.672,03	R\$144.325,35	R\$250.163,94	R\$153.000,00
2012	R\$5.466.011,00	R\$477.274,59	R\$2.188.325,00	R\$163.980,33	R\$284.232,57	R\$158.000,00
2013	R\$6.287.327,00	R\$516.019,10	R\$2.468.243,98	R\$188.619,81	R\$326.941,00	R\$161.300,00
2014	R\$7.440.929,00	R\$675.901,59	R\$2.824.782,08	R\$223.227,87	R\$386.928,31	R\$164.500,00

Fonte: Dados pesquisadora

Tabela 7 – Desmembramento Salarial empresa C

Ano	Salário Bruto	FGTS	INSS	RAT	FPAS	Vale alimentação
2005	R\$ 587.460,00	R\$ 47.011,20	R\$ 169.240,32	R\$ 17.623,80	R\$ 30.547,92	
2006	R\$ 633.612,00	R\$ 50.688,96	R\$ 182.480,26	R\$ 19.008,36	R\$ 32.947,82	
2007	R\$ 811.896,00	R\$ 64.951,68	R\$ 233.826,05	R\$ 24.356,88	R\$ 42.418,59	
2008	R\$ 898.320,00	R\$ 71.865,60	R\$ 258.716,16	R\$ 26.949,60	R\$ 46.712,64	
2009	R\$ 949.728,00	R\$ 75.978,24	R\$ 273.521,66	R\$ 28.491,84	R\$ 49.385,86	
2010	R\$ 978.000,00	R\$ 78.240,00	R\$ 281.664,00	R\$ 29.340,00	R\$ 50.856,00	
2011	R\$1.017.504,00	R\$ 81.400,32	R\$ 293.041,15	R\$ 30.525,12	R\$ 52.910,21	
2012	R\$1.357.956,00	R\$108.636,48	R\$ 391.01,33	R\$ 40.738,68	R\$ 70.613,71	R\$ 21.900,00
2013	R\$1.600.440,00	R\$128.035,20	R\$ 460.926,72	R\$ 48.013,20	R\$ 83.222,88	R\$ 22.800,00
2014	R\$1.808.772,00	R\$144.701,76	R\$ 520.926,34	R\$ 54.263,16	R\$ 94.056,14	R\$ 28.800,00

Fonte: Dados pesquisadora

Levando em consideração o custo total com salários pode-se calcular a porcentagem gasta por cada empresa com salários em um mês. Diante disto foi calculado quantos por cento a mais significou o pagamento de vale alimentação e plano de saúde no desmembramento salarial das empresas, que foi o caso das empresas B e C.

Diante da análise dos dados, pode-se observar que para a empresa B, a partir do ano de 2011, época que passou a pagar vale alimentação, houve um

aumento de, aproximadamente, 2,05% ao mês. Nos anos seguintes o percentual de acréscimo por mês diminuiu representando acréscimos de 1,85%, 1,65% e 1,40%, para os anos de 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

Para a empresa C, que passou a pagar plano de saúde aos funcionários no ano de 2012, os percentuais de aumento foram menores. No ano de 2012, a adesão de benefício representou aproximadamente 1,11% ao mês, e nos anos subsequentes 0,98% e 1,0%.

Vale levar em consideração que enquanto a adesão do pagamento de benefícios significou percentuais inferiores a 2% por mês, quando levado em consideração a importância do salário ao funcionário, obteve-se percentuais superiores a 3% por mês nos salários dos funcionários, como é o caso da empresa B, no ano de 2011.

4.3 COMPARAÇÃO ENTRE VARIAÇÃO DOS GANHOS SALARIAIS COM O FATURAMENTO DA EMPRESA

Abaixo, constam os dados fornecidos pelas empresas pesquisadas referentes ao faturamento anual, o total dos custos anuais e o salário médio pago anualmente por funcionário, conforme tabelas 5, 6 e 7. Ressalta-se que a empresa A informou apenas os dados a partir do ano de 2008, enquanto que as demais informaram os dados a partir do ano de 2006.

Tabela 8 – Histórico do faturamento anual, total de custos anuais e salário médio pago por funcionário anualmente da empresa A.

Ano	Faturamento Anual	%	Custo Total Anual	%	Sal. Médio pago por funcionário anualmente	%
2008	R\$37.904.253,80		R\$26.083.692,43		R\$11.040,00	
2009	R\$35.897.514,60	-5%	R\$25.872.356,64	-1%	R\$12.000,00	8,7%
2010	R\$41.118.200,80	8%	R\$27.761.618,57	6%	R\$12.960,00	17,4%
2011	R\$35.788.090,10	-6%	R\$27.365.876,13	5%	R\$13.920,00	26,1%
2012	R\$46.505.167,10	23%	R\$32.309.694,25	24%	R\$14.880,00	34,8%
2013	R\$47.658.643,60	26%	R\$28.614.823,28	10%	R\$15.840,00	43,5%
2014	R\$51.382.674,30	36%	R\$33.316.903,94	28%	R\$16.800,00	52,2%

Fonte: Dados pesquisadora.

Levando em consideração os dados fornecidos, observa-se que apesar do forte aumento do faturamento a partir do ano de 2011, o mesmo é menor que o aumento dos ganhos salariais. Porém, o aumento dos custos totais foi inferior ao do faturamento total e ao aumento salarial.

Tabela 9 – Relação entre faturamento anual e quadro de funcionários, empresa A.

Ano	Faturamento Anual	Quantidade de Funcionários	Faturamento por Funcionário	%
2008	R\$ 37.904.253,80	76	R\$498.740,18	
2009	R\$ 35.897.514,60	84	R\$427.351,36	-14%
2010	R\$ 41.118.200,80	85	R\$483.743,54	-3%
2011	R\$ 35.788.090,10	96	R\$372.792,61	-25%
2012	R\$ 46.505.167,10	98	R\$474.542,51	-5%
2013	R\$ 47.658.643,60	96	R\$496.444,20	0%
2014	R\$ 51.382.674,30	94	R\$546.624,19	10%

Fonte: Dados pesquisadora.

Ao analisar o desempenho do aumento da produtividade em relação ao faturamento verifica-se que ele teve um desempenho tímido se comparado aos outros indicadores.

Tabela 10 – Histórico do faturamento anual, total de custos anuais e salário médio pago por funcionário anualmente da empresa B

Ano	Faturamento Anual	%	Custo Total Anual	%	Sal. Médio pago por funcionário anualmente	%
2006	R\$ 85.283.638,27		R\$ 60.490.879,82		R\$13.489,31	
2007	R\$ 99.959.692,59	17%	R\$ 72.771.901,65	20%	R\$13.514,97	0,2%
2008	R\$172.129.691,52	102%	R\$126.783.139,60	110%	R\$15.643,70	16%
2009	R\$150.984.751,30	77%	R\$113.321.658,98	87%	R\$18.217,55	35%
2010	R\$143.946.109,90	69%	R\$107.079.501,21	77%	R\$20.641,09	53%
2011	R\$151.138.917,85	77%	R\$107.632.534,73	78%	R\$19.935,12	48%
2012	R\$187.358.920,79	120%	R\$132.247.102,35	119%	R\$21.800,04	62%
2013	R\$204.624.676,03	140%	R\$148.269.470,69	145%	R\$23.708,19	76%
2014	R\$210.944.964,99	147%	R\$154.537.957,91	155%	R\$27.259,60	102%

Fonte: Dados pesquisadora.

Da análise da empresa B, verifica-se um salto no faturamento, no ano de 2008, motivado, basicamente, pela inauguração de nova unidade fabril, mais moderna e com maior capacidade de beneficiamento. O investimento feito em infraestrutura se refletiu em aumento significativo na produção.

Tabela 11 – Relação entre faturamento anual e quadro de funcionários, empresa B.

Ano	Faturamento Anual	Quantidade de Funcionários	Faturamento por Funcionário	%
2006	R\$ 85.283.638,27	226	R\$226.963,47	
2007	R\$ 99.959.692,59	236	R\$236.206,24	4%
2008	R\$ 172.129.691,52	273	R\$630.511,69	-9%
2009	R\$ 150.984.751,30	265	R\$569.753,78	-12%
2010	R\$ 143.946.109,90	251	R\$573.490,48	10%
2011	R\$ 151.138.917,85	249	R\$606.983,61	9%
2012	R\$ 187.358.920,79	258	R\$726.197,37	65%
2013	R\$ 204.624.676,03	272	R\$752.296,60	231%
2014	R\$ 210.944.964,99	279	R\$756.075,14	233%

Fonte: Dados pesquisadora.

Quando se analisa a contribuição por funcionário no faturamento total, verifica-se que a empresa B é a que possui pior desempenho, ficando muito aquém das empresas A e C.

Tabela 12 – Histórico do faturamento anual, total de custos anuais e salário médio pago por funcionário anualmente da empresa C.

Ano	Faturamento Anual	%	Custo Total Anual	%	Sal. Médio pago por funcionário anualmente	%
2006	R\$ 51.293.744,52		R\$ 50.290.533,57		R\$10.739,19	
2007	R\$ 55.744.673,18	8,7%	R\$ 55.350.472,54	10%	R\$12.490,71	16%
2008	R\$56.278.752,51	9,7%	R\$ 55.730.981,56	11%	R\$13.210,59	23%
2009	R\$53.077.596,44	3,5%	R\$ 52.688.036,64	5%	R\$13.567,54	26%
2010	R\$62.500.716,44	21,8%	R\$ 61.890.076,95	23%	R\$14.382,35	34%
2011	R\$61.426.059,67	19,8%	R\$ 59.429.020,47	18%	R\$16.958,40	58%
2012	R\$96.879.235,75	88,9%	R\$ 93.053.111,72	85%	R\$18.902,14	76%
2013	R\$112.552.832,36	119%	R\$111.444.662,27	122%	R\$21.358,42	99%
2014	R\$119.974.400,08	134%	R\$118.220.587,22	135%	R\$22.969,65	114%

Fonte: Dados pesquisadora.

Os dados demonstram que a empresa tem uma boa política de valorização salarial com reflexos positivos no desempenho no seu faturamento.

Tabela 13– Relação entre faturamento anual e quadro de funcionários, empresa C.

Ano	Faturamento Anual	Quantidade de Funcionários	Faturamento por Funcionário	%
2006	R\$ 51.293.744,52	59	R\$ 869.385,50	
2007	R\$ 55.744.673,18	65	R\$ 857.610,36	-1%
2008	R\$ 56.278.752,51	68	R\$ 827.628,71	-5%
2009	R\$ 53.077.596,44	70	R\$ 758.251,38	-13%
2010	R\$ 62.500.715,44	68	R\$ 919.128,18	6%
2011	R\$ 61.426.059,67	60	R\$1.023.767,66	18%
2012	R\$ 96.879.235,75	73	R\$1.327.112,82	53%
2013	R\$112.552.832,36	76	R\$1.480.958,32	70%
2014	R\$119.974.400,08	80	R\$1.499.680,00	72%

Fonte: Dados pesquisadora.

A tabela acima evidencia o excelente desempenho que a empresa apresenta, quando comparado com as demais, ficando evidente que uma boa política de valorização do funcionário associada ao uso de tecnologia avançada e eficiência operacional refletem-se em ganhos na produção.

Observa-se que as empresas sofreram com a crise mundial de 2008, havendo quedas no faturamento nos anos que sucederam à crise.

Na tabela abaixo vamos analisar o desempenho das empresas no tocante à produtividade em relação ao volume de fardos produzidos.

Quadro 5 - Comparação entre produção anual por quantidade de funcionário.

Ano	Empresa A			Empresa B			Empresa C		
	Produção Anual de Fardos	Nº de Func.	Qtidade Fardo/Func.	Produção Anual de Fardos	Nº de Func.	Qtidade Fardo/Func.	Produção Anual de Fardos	Nº de Func.	Qtidade Fardo/Func.
2008	817.159	76	10.752	2.510.120	273	9.195	1.256.852	68	18.483
2009	866.720	84	10.318	2.704.775	265	10.207	1.160.232	70	16.575
2010	883.735	85	10.397	2.570.745	251	10.242	1.206.301	68	17.740
2011	897.290	96	9.347	2.852.928	249	11.458	1.503.207	60	25.053
2012	979.495	98	9.995	2.751.052	258	10.663	1.481.242	73	20.291
2013	979.365	96	10.201	2.871.892	272	10.558	1.615.607	76	21.258
2014	947.511	94	10.079	2.822.296	279	10.116	1.643.832	80	20.548

Fonte: Dados pesquisadora.

O quadro acima evidencia o que já havia sido percebido, que a empresa C possui uma produtividade bem acima das demais, provavelmente fruto do emprego de alta tecnologia e processos operacionais eficiente.

5 CONCLUSÃO

Neste capítulo pretende-se propor conclusões acerca das pesquisas realizadas e dos resultados obtidos. Tendo em vista que não pretende-se esgotar o assunto, elencamos alguns estudos que podem contribuir e ampliar os conhecimentos acerca do mesmo, bem como fatores limitantes da pesquisa.

O mercado de arroz tem passado por mudanças importantes tais como: preferências dos consumidores, deslocamentos dos polos produtivos, inovações tecnológicas, acirramento da competitividade.

Na agroindústria do arroz, a produtividade, os preços de comercialização e os custos de produção são elementos essenciais para a sobrevivência das empresas. O mercado é fortemente regulado pelo governo em razão do produto compor a cesta básica do brasileiro.

Levando em consideração a importância dos impactos que o reajuste salarial tem diretamente sobre a saúde financeira das indústrias de beneficiamento, e indiretamente sobre a economia do município, viu-se a necessidade de verificar se este reajuste está de fato, proporcionando um aumento real nos ganhos dos funcionários.

No entanto, com o intuito de garantir confiabilidade das análises, foi estabelecido um período para coleta de dados. Para a escolha do mesmo, foi levado em consideração um período onde se teve um mesmo partido frente ao governo do país, já que, para análise dos dados seria atualizado o índice oficial do governo, no caso, o IPCA. Por fim, o período de estudo foi de 2002 a 2014.

Analisando o primeiro objetivo específico do estudo, que foi levantar o reajuste salarial desde 2002 até 2014, atualizados IPCA no período, verificou-se que as políticas salariais das empresas se diferenciam, porém, todas elas apresentaram ganhos reais nos salários de seus colaboradores. Com isso, verificou-se que apesar das três empresas apresentarem um aumento constante no reajuste salarial, as empresas B e C por oferecerem benefícios como vale alimentação e plano de saúde, passaram a ter aumentos mais relevantes a partir do momento que começaram a pagar estes benefícios.

Foram computados dados a partir de 2006 em virtude de duas das empresas analisadas só terem fornecido dados a partir daquela data.

Ressalte-se que o pagamento de vale refeição, que representou um aumento de menos de 2% no total da folha de pagamento, significou um aumento real de mais de 3% para os funcionários.

O segundo objetivo específico, que foi verificar o impacto dos encargos sociais na folha de pagamento das indústrias decorrentes dos aumentos salariais. Esta análise foi feita com base no desmembramento salarial das empresas A, B e C, que se dá basicamente da mesma maneira. Ambas possuem as mesmas obrigações legais, que são: Salário Bruto, FGTS, INSS Patronal, RAT e FPAS. Os percentuais recolhidos por cada item também é o mesmo, já que se enquadram em atividades semelhantes e são determinados por lei.

O que diferencia entre as empresas é que as empresas B e C atribuíram a partir de 2010 e 2011, respectivamente, benefícios referentes ao vale de alimentação e plano de saúde. Isso fez com que o percentual de aumento salarial a partir destes anos passasse a ser mais significativo para os funcionários das mesmas.

O terceiro objetivo específico foi verificar e comparar a variação dos ganhos salariais com o faturamento das empresas, que se deu baseado nos percentuais a partir de 2006, ano no qual as empresas forneceram os dados.

Observou-se que as três empresas diminuíram seus faturamentos no ano de 2009 devido a crise econômica mundial de 2008, entretanto, a partir de 2010 as mesmas já começaram a se recuperar, havendo aumento em seus percentuais.

Fato relevante foi o grande aumento no faturamento da empresa B, ocorrido no ano de 2008 e motivado pela inauguração de nova unidade fabril, com maior capacidade de beneficiamento e melhor tecnologia.

Paralelamente, analisou-se o volume de fardos produzidos por funcionário que evidenciou a excelente performance da empresa C, sendo que a produtividade é, praticamente, o dobro das outras empresas analisadas. Atribui-se a isso o emprego de modernas tecnologias e controles rígidos de produção.

Com relação aos fatores limitantes da pesquisa podemos citar a falta de interesse de algumas empresas em responder aos questionários de levantamentos de dados, seja pela dificuldade em obter tais informações ou pela falta de confiança. Outro fator limitante foi o volume de informações solicitadas, o tempo para preenchimento e a dificuldade em obtê-las.

Como sugestão de estudos que possibilitem o aprofundamento da pesquisa, sugerimos um estudo de estratégias de diversificação, reorganização da produção e adoção de novas tecnologias, controle mais eficiente de custos.

REFERÊNCIAS

- ABIAP (Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parboilizado). **O que diferencia o arroz branco do arroz parboilizado?** 2013. Disponível em: http://www.abiap.com.br/site-pt/content/informativos/detalhe.php?informativo_id=94
Acesso em: 10 de maio de 2015.
- ADVFN. **Indicadores Econômicos**. 2014. Disponível em: <http://br.advfn.com/indicadores/ipca> - Acesso em: 10 de maio de 2015.
- AMATO, GILBERTO Wageck; ELIAS, Moacir Cardoso. **A Parboilização do Arroz**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2005.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia** Um guia para a iniciação científica. São Paulo: Ed. McGraw-Hill, 1986.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452, de 01 de Maio de 1943**. Aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm. Acesso em: 14 mar. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 5.764, de Dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 11 mar. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 7.212, de 15 de Junho de 2010**. Altera o Decreto nº 92.560, de 1986 e o Decreto nº 6.006, de 2006. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm >. Acesso em: 18 out. 2014.
- BRASIL. Receita Federal. **FAP – Fator Acidentário de Prevenção**. 2015. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Previdencia/Fap.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- BRASIL ESCOLA. **Métodos de Pesquisa**. 2014. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/metodos-pesquisa.htm>. Acesso em: 13 mar. 2015.
- BRASIL. Câmara dos deputados. **Projeto de Lei nº 7.145 de 2014**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1231123.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2015

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **A matemática das finanças**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços**: com aplicações na calculadora HP 12C e excel. 3.ed São Paulo: Atlas, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. 8. ed São Paulo: Atlas, 2004.

CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). **Decreto Lei 5452/43**. 2005. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10712520/paragrafo-4-artigo-461-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943> - Acesso em: 10 de maio de 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 3.ed São Paulo: Atlas, 2004.

DARABAS, Aline Manenti, Cooperja. **Processo Produtivo Cooperja**. 2014. Disponível em: <<http://www.cooperja.com.br/produtos/producaodearroz.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Nota Técnica número 132**: Política de valorização do salário mínimo (valor para 2014 será de R\$ 724,00). 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec132SalarioMinimo2014.pdf> - Acesso em: 10 de maio de 2015.

DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico de. **Gestão de custos e formação de preços**: conceitos, modelos e instrumentos: abordagem do capital de giro e da margem de competitividade. São Paulo: Atlas, 2006.

DUTRA, René Gomes. **Custos**: uma abordagem prática. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

ENGENHO CORADINI. **O grão de arroz; o arroz polido; arroz parboilizado integral; arroz integral**. Disponível em: <http://www.coradini.com.br/website/conteudo/default.asp?CodArea=170&CodSecao=72> – Acesso em: 10 de maio de 2015.

EMBRAPA. **Cultivo de Arroz Irrigado no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozIrrigadoBrasil/cap18.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

EMBRAPA. **Importância Econômica, Agrícola e Alimentar do Arroz**. 2005. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozIrrigadoBrasil/cap01.htm>>. Acesso em: 24 set. 2014.

FERREIRA, Alexandre Henrique Salema. **O subfaturamento nas aquisições de matérias-primas: Aspectos jurídicos e repercussões no custo industrial e no fluxo financeiro**. 2003. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/a/5u9a/o-subfaturamento-nas-aquisicoes-de-materias-%20primas-aspectos-juridicos-e-repercussoes-no-custo-industrial-e-no-fluxo-financeiro-alexandre-henrique-salema-ferreira>>. Acesso em: 14 março 2015.

GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O que é o método científico**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Paulo. **Comparando Arroz Integra, Parboilizado e Branco**. 2010. Disponível em: <http://alimentacoesaude.org/comparando-arroz-integral-parboilizado-e-branco/> - Acesso em: 10 de maio de 2015.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**. 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtml - Acesso em: 10 de maio de 2015.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v.1. Brasília: Ipea, 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf Acesso em: 07 de maio de 2015.

LOURENÇO, Joaquim Carlos **Salário e Remuneração: breves considerações a cerca da Legislação**. 2015. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12011&revista_caderno=25>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. Curitiba, PR: Juruá, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PASCHOAL, Luiz. **Administração de cargos e salários: manual prático e novas metodologias**. 2. ed Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez, OLIVEIRA, Luís Martins de, COSTA, Rogério Guedes. **Gestão estratégica de custos**. São Paulo: Atlas, 1999.

PORTAL BRASIL. **Salário Mínimo Brasileiro**. Disponível em:
<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm> - Acesso em: 10 de maio de 2015.

PORTAL BRASIL. **IPCA**. Disponível em: <http://br.advfn.com/indicadores/ipca->
Acesso em: 10 de maio de 2015.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **FGTS – Aspectos Gerais**. 2015. Disponível em:
<<http://www.portaltributario.com.br/guia/fgts.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

RITI (Regulamento do Imposto sobre Produto Industrializado). **Receita Federal do Brasil**. 2002. Disponível em:
http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/Ant2001/Ant1999/decreto2637/decreto2637_tit1.htm - Acesso em: 10 de maio de 2015.

RODRIGUES, Andressa Oliveira. **Arroz Parboilizado**. Trabalho Acadêmico. Pelotas. 2008.

SINDARROZ. **Beneficiamento**. 2007. Disponível em: <http://www.sindarroz-sc.com.br/default.php?pg=conteudo_2010&area=Beneficiamento>. Acesso em: 14 mar. 2015.

TURVO (Prefeitura Municipal de Turvo) **Informações Gerais**. 2014. Disponível em:
<http://www.turvo.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/22084#.VP4_6PnF8kp>. Acesso em: 19 set. 2014.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos: uma abordagem prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZANLUCA, Julio César. Portal de Contabilidade. **Manual das Cooperativas**. 2004. Disponível em:
< <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/cooperativas.htm>>. Acesso em: 19 out. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Ano	Salário Bruto	FGTS	INSS Patronal	RAT	FPAS	Benefícios
2002						
2003						
2004						
2005						
2006						
2007						
2008						
2009						
2010						
2011						
2012						
2013						
2014						

APÊNDICE B

Ano	Quadro Funcionários	Produção Anual	Custo/ Fardo
2002			
2003			
2004			
2005			
2006			
2007			
2008			
2009			
2010			
2011			
2012			
2013			
2014			

APÊNDICE C

Ano	Faturamento Anual	Custo Total Anual
2002		
2003		
2004		
2005		
2006		
2007		
2008		
2009		
2010		
2011		
2012		
2013		
2014		